



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

05/01/2015

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO.....	1
2. JORNAL PEQUENO	
2.1. ASSESSORIA.....	2
2.2. PRESIDÊNCIA.....	3

Força Nacional e a ordem nas prisões

Mais do que necessária, a prorrogação da presença da Força Nacional no sistema prisional maranhense é fundamental para a manutenção da ordem no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, que nos últimos anos foi palco de ações por parte de facções criminosas que levaram a motins, rebeliões, fugas e mortes.

A presença da Força Nacional por mais três meses em Pedrinhas foi uma solicitação do governo anterior, que agiu com responsabilidade, pensando somente em garantir tranquilidade no sistema prisional, e não com a visão mesquinha de encerrado o mandato o outro governo que se vire.

O pedido de prorrogação da estadia dos homens da Força Nacional foi feito no dia 17 de dezembro e aprovado pelo Ministério da Justiça, foi publicado no Diário Oficial da União no último dia de dezembro.

A Força Nacional vem reforçar também o trabalho que já é feito por homens da Polícia Militar e do Grupo Especial de Operações Penitenciárias (Geop) no Complexo de Pedrinhas.

Vale lembrar que no âmbito da crise do sistema penitenciário foi criado o Comitê de Ações Integradas do Plano de Pacificação das Prisões de São Luís, que reuniu organismos do Executivo, Legislativo, Judiciário, entre outras instituições, os quais trataram a questão com seriedade e responsabilidade, alcançando muitos avanços.

A superlotação, um dos maiores problemas de Pedrinhas, começou a ser solucionado pelo governo anterior com a construção e reforma de presídios em várias regiões do estado, que somam mais de 2 mil novas vagas. Somente os presídios São Luís III, localizado na Vila Maruaí, zona rural de São

Luís, e de Coroatá, já entregues, abriram 737 novas vagas.

No entanto, mais do que construção de presídios, o problema em Pedrinhas é estrutural e o novo governo deve estar atento a isso. Da mesma forma, o Poder Judiciário

As forças de segurança pública do Maranhão nunca estiveram tão estruturadas como agora, fruto de investimentos maciços realizados

e todos os organismos que lidam com essa delicada situação, pois o poder dos criminosos deve ser combatido nas prisões e nas ruas.

As forças de segurança pública do Maranhão nunca estiveram tão estruturadas

como agora, fruto de investimentos maciços realizados pelo governo anterior, que adquiriu viaturas, armamentos, ou seja, deu condições para que as polícias atuassem firmemente e com mão de ferro contra o crime.

Nunca os policiais foram tão valorizados, seja por meio de promoções como também com reajustes salariais. Além disso, se realizou o maior concurso da história da segurança pública do estado, com a nomeação de mais de 2 mil homens, sendo 1.800 somente para a Polícia Militar.

Agora, o novo governo anuncia que convocará mais 1 mil candidatos aprovados nesse último concurso para serem incorporados à Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, o que significará mais homens nas ruas para proteger a população.

Espera-se que o novo governo, que tanto criticou o anterior na questão de segurança, continue a estruturar as polícias e o sistema prisional e não fique apenas nos discursos vazios, pois o palanque não existe mais.

Com ou sem Força Nacional, o novo governo tem que desenvolver ações efetivas para que a ordem e a tranquilidade prevaleçam não somente no Complexo Penitenciário, mas em todo o estado do Maranhão.



Justiça & Cidadania

Antonio Carlos

acarloslua@folha.com.br

Sistema perverso

A estrutura tributária brasileira é complexa, pesada, pouco transparente, injusta e penaliza a população que, apesar de saber que é tributada ao adquirir bens e serviços, desconhece a proporção dos impostos embutidos nos preços finais.

Sendo assim, os consumidores tendem a ser generosos com o Governo e não têm uma ideia real do volume de impostos que pagam, uma vez que muitos tributos que pesam sobre a economia são invisíveis ao contribuinte e não são empregados substantivamente em políticas públicas.

Com o expressivo desconhecimento sobre o quanto é tributado no consumo de bens de serviços, o cidadão acaba não tendo consciência de seu papel como contribuinte para forçar uma decisão política que possa modificar o peso da perversa tributação sobre os ganhos financeiros do trabalhador.

A consequência direta disso é a ignorância do cidadão sobre o tamanho do Estado, que não possibilita que o contribuinte seja um fiscal da utilização dos recursos arrecadados com a cobrança de impostos. Dessa forma, ele não exige a contrapartida pelo dinheiro que entregou ao Governo, que, por sua vez, não cumpre as obrigações constitucionais.

É importante ressaltar que a Constituição Federal de 1988 tem mecanismos que podem reduzir o peso dos impostos. Só que, decorridos 26 anos da sua promulgação, os artigos constitucionais que tratam dessa matéria não foram regulamentados e não há perspectiva no Congresso Nacional para que ocorra algo nesse sentido. Enquanto isso, os contribuintes continuam sendo explorados, tendo que repassar quase a metade do que ganham para a máquina estatal.

É preceito constitucional que a tributação seja proporcional à condição socioeconômica do contribuinte. O Artigo 145 diz que "sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte".

No atual sistema tributário, existem 61 impostos e contribuições. A obrigação do brasileiro de pagar tributos vem desde 1534 quando foram criadas as Provedorias da Fazenda, as primeiras repartições tributárias do recém-descoberto Brasil.

Naquela época, parte dos tributos arrecadada era destinada à Coroa Portuguesa. Depois disso veio o "Erário Régio" ou "Tesouro Real", durante o reinado de D. Pedro I, conforme Carta de 22 de dezembro de 1761. Essa repartição substituiu a então existente "Casa dos Contos do Reino".

Papel do contribuinte

A regressividade da carga tributária e sua transparência são temas que só serão levados a sério pelo Governo quando os cidadãos tomarem consciência de seu papel como contribuintes.

Enquanto o eleitor não souber, isso não pesa no voto. E enquanto não pesa no voto, não pesa na decisão política.

SUS

Criado em 1988, o Sistema Único de Saúde, SUS, tinha como objetivo universalizar o atendimento aos brasileiros, que, em troca, pagam altos impostos.

Como é de conhecimento público, não foi isso o que aconteceu. Usuários enfrentam filas e esperam meses e até anos para conseguir realizar uma cirurgia eletiva e outros procedimentos não emergenciais.

Gastos do governo

O Estado brasileiro gasta muito – e gasta mal. De cada 100 reais despendidos pelo Governo Federal, apenas 8 viram investimentos em infraestrutura, educação, saúde e outras áreas

Os demais 92 reais são tragados pelas engrenagens estatais. Fazer esta máquina mais eficiente é um desafio. A cada ano, aproximadamente 92% dos gastos do governo federal – excluindo-se pagamento de dívidas e transferências – são engolidos pelas engrenagens do Estado brasileiro.

Estatísticas negativas

A violência é um dos temas que mais afligem o brasileiro. O país registra estatísticas de homicídios comparáveis a nações em guerra, a violência se espalha entre jovens e pelo interior do território nacional.

O Governo Federal mantém certa distância do tema segurança pública, uma vez que, por determinação constitucional, o controle das polícias militar e civil fica a cargo dos estados.

Contudo, especialistas afirmam que caberá ao Governo Federal combater ao menos um dos gargalos que coloca o país entre os países mais violentos do planeta: o baixo investimento em inteligência.

Crise no ensino

Em diversas partes do mundo, autoridades, sociólogos, cientistas políticos, pedagogos e outros profissionais discutem sobre a crise educacional, ressaltando nela o conceito que incute valores nos educandos.

Porém, em cada sociedade essa crise se apresenta com características próprias. No Brasil, ela está geralmente relacionada à falta de recursos, ao mau funcionamento das escolas e à baixa remuneração dos professores.

Escassez de água

Não só em São Paulo a situação das águas é crítica, mas também em outras bacias do país. Dados da Agência de Águas indicam que 55% dos municípios brasileiros podem sofrer déficit de abastecimento em 2015. O problema é que a gestão do sistema hídrico nos estados e municípios se baseia na oferta de água, sem o devido cuidado com mananciais. Representantes de organizações e do governo apontam para a necessidade de um plano de segurança hídrica.

Alguns flashes do fotógrafo Campos na solenidade de posse do governador do Maranhão Flávio Dino, dia primeiro de janeiro, na Assembleia Legislativa do Estado.



Após receber a faixa de governador do Maranhão no Palácio dos Leões, Flávio Dino ao lado da primeira-dama, Daniela Lima



O governador do Maranhão Flávio Dino e a presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Silva Freire



O governador Flávio Dino sendo cumprimentado pelo presidente da Assembleia Legislativa do Estado, em exercício, deputado Max Barros



O governador entre a Procuradora-chefe da República no Maranhão, Carolina da Hora Mesquita Höhn e a Ministra do Superior Tribunal de Justiça, Helena Costa



Flávio Dino entre o vice-governador Carlos Brandão e o prefeito de São Luís, Eivaldo Holanda Júnior